



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFORMA E REDEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Daniel Silva Brandão; Fernanda de Melo Coelho; Prof. Denilson Diniz

Universidade Federal do Amazonas – UFAM, kasaimori.daniel@gmail.com, nanda_rizzati@hotmail.com, denilsondiniz@ufam.edu.br.

Resumo: As discussões propostas neste trabalho tiveram como foco refletir sob as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil no decorrer de sua gênese histórica, afim de compreender as reformas e redefinições das políticas educacionais brasileiras ante a ótica do ideário neoliberal e suas implicações na precarização sistema público educacional. Sob esta concepção, o presente trabalho permite discutir os desdobramentos históricos que permitiram o início deste processo de sucateamento lento, duradouro e contínuo, e seus atuais reflexos sobre a educação. Desta forma, faz-se um debate sobre as exigências do Mercado e seu embate com o Estado, sob a formação de um novo profissional, este tendo sua maior característica na flexibilidade.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Reforma, Redefinição, Neoliberalismo, Precarização.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de discussões realizadas no início do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação Científica: “A precarização das instituições de ensino superior: consequências da falta de perspectiva na docência?” realizado no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM e no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA. As reflexões proporcionadas a partir de análises bibliográficas de autores que dialogam as reformas e redefinições ocorridas no âmbito das Políticas Educacionais no Brasil correlacionando-as ao processo de implantação e execução das políticas de cunho neoliberal no país, sendo que, para tal compreensão, busca-se antes entender o processo histórico de tais políticas para então debruçarmo-nos em seu desencadear no atual cenário educacional brasileiro.

Entende-se pelas análises bibliográficas realizadas e pelos resultados das discussões, a significativa relevância científica da presente pesquisa para com a formação e atuação do pedagogo no século XXI ante o período de crise que afeta o Brasil, visto que, é visível, além de presente os efeitos do ideário neoliberal no sistema público educacional e sucessivamente na formação pedagógica, pela qual, a precarização do sistema público educacional é entendida hoje como o maior desafio deste profissional no que tange as novas exigências do Mercado.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Cabe salientar que as discussões aqui propostas, tem como foco a discussão da gênese histórica do neoliberalismo e suas perspectivas como sendo principal fator no processo de precarização do sistema público educacional, pois de acordo com seus pressupostos e exigências políticas, sociais e econômicas, a educação e outros setores que atendem as demandas públicas e sociais são entendidas como um saque à propriedade privada, além de ser vista como mais uma forma de captação de riquezas, devendo estes serem oferecidos pelo Mercado à população de maneira mais eficiente no que diz respeito a quantidade e qualidade do ensino.

BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Entende-se que é necessário antes mesmo de compreender a gênese histórica do neoliberalismo, debruçarmo-nos em entender o seu conceito e seus pressupostos, pelos quais é possível perceber seu ideal e suas transformações no decorrer da história mais visivelmente. Dessa forma, para darmos início as discussões tendo assim como foco a relação da ótica do ideário neoliberal e suas implicações no processo de reforma e redefinição das políticas educacionais no Brasil e sucessivamente na precarização da educação, buscaremos entender o mesmo em toda sua conjuntura, e só então seu contexto histórico no cenário internacional e nacional.

Iremos então obter três discussões distintas, porém complementares e que sucessivamente se interpõem, sendo: i) Neoliberalismo: breves compreensões contextuais; e ii) Neoliberalismo: compreensões históricas a partir da década de 1960; finalizando com iii) Reforma educacional brasileira: implicações neoliberais.

I. NEOLIBERALISMO: BREVES COMPREENSÕES CONTEXTUAIS

A primeira concepção que se tem por neoliberalismo é em relação a um modelo econômico que surge em um período emergencial para assumir lugar no Mercado em crise como novo padrão de acumulação de riquezas (capital), visto que, nesse período tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento enfrentavam o que caracterizou-se de “crise estrutural econômica”, na qual os modelos de acumulação capitalista *keynesiano-*



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

fordista não eram mais capazes de atender as demandas do mercado, e em decorrência disso, busca-se com um urgência um novo modelo capaz de superar a crise vigente.

O neoliberalismo, sendo uma forma moderna do liberalismo clássico, já altamente difundido no período de crise econômica por seus ideais bem estruturados e organizados, além de trazer em seu discurso um método capaz de superar a crise vigente, caracterizava-se principalmente por seus novos e avançados padrões tecnológicos, além da flexibilidade na organização do trabalho e em sua produção pautada na racionalidade econômica. Peroni e Adrião (2006, p. 14) nos explicam que:

O paradigma neoliberal de mercado consiste na liberdade econômica da eficiência e da qualidade. A economia de mercado é auto-regulável, baseada na livre concorrência, na qual o fortalecimento da iniciativa privada com ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos.

O neoliberalismo nesse sentido além de visar a superação da crise econômica por meio da reforma no próprio Mercado, vem salientar a supremacia do mesmo em relação ao Estado para que não seja permitida a intervenção “limitada” sobre ele no plano político, jurídico e principalmente no plano econômico, como se percebe naquilo que foi exposto por Hofling (2001), onde temos o ideário neoliberal acentuando a ideia de menos Estado e mais Mercado, para que então se deia uma economia livre de empecilhos e fatores que impeçam seu desenvolvimento, visto que, diante de sua concepção, o Estado é o culpado pela crise estrutural econômica pelo fato de não ser capaz de atender igualmente as necessidades da população e do Mercado, visto que, durante o período de legitimação do chamado “Estado democrático”, o mesmo gastou bastante para atender os anseios das demandas sociais mais sujeitas as transformações e disparidades da sociedade classicista e individualista, não sendo capaz de atender também as necessidades do Mercado, e dessa forma exauriu-se os recursos econômicos o que desencadeou na crise estrutural econômica”.

Partindo desse mesmo pressuposto, Peroni e Caetano (2012, p. 02) complementam que:

Atendendo as demandas em um período democrático, gastou mais provocando o déficit fiscal. E, por consequência, as políticas sociais e a democracia devem ser contidas para que os ajustes necessários ao bom andamento do mercado sejam efetuados.

Em meio ao embate estabelecido entre Estado *versus* Mercado, iremos perceber que para ocorrer a supremacia do Mercado sobre o Estado, a teoria neoliberal utiliza-se do que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

caracterizamos de “processo de descentralização e precarização” das políticas públicas e sociais ofertadas por ele à população, sendo estas consideradas como um saque à propriedade privada, isto é, saúde, educação, transporte e outros serviços oferecidos a população de forma gratuita e/ou parcialmente gratuita, são vistos pelo Mercado graves saques a propriedade privada, pois vêm nesses setores uma forma de acumulação de capital, desta forma devem ser oferecidos por ele. Estes ataques ofensivos e diretos ao Estado, inclusos no processo de descentralização e precarização, têm como intuito alcançar os objetivos predispostos pela teoria neoliberal em relação ao livre andamento e intervenção do Mercado no âmbito político, social e econômico.

Em decorrência ao processo de descentralização e precarização, ocorre a redefinição de papel, na qual o Estado se tornaria em um Estado minimalista, deixando seu papel de executor de políticas (públicas) sociais para assumir um papel de regulador. Barcelos, Silva e Vargas (2014) explicam que este novo Estado, tendo seu papel redefinido pelas políticas de cunho neoliberal, tornariam máximos para atender os interesses do mercado capitalista e mínimo para atender as demandas sociais através de políticas públicas e sociais. Assim, sendo o Estado reformado pelas políticas de cunho neoliberal e agora tendo um papel mínimo de regulador de políticas públicas (sociais), e como solução para amenizar o efeito de tais políticas à população mais sujeita a elas, caberia então a este também funções de garantir direitos individuais, como exposto por Hofling (2001, p. 39):

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social.

Percebe-se que para a teoria neoliberal, quando o Estado intervém nas ações do Mercado, ele inibe melhor desenvolvimento da economia nacional e global, isto é, impede seu progresso além de afetar sua competitividade. Visto que, o livre mercado é tido pelos neoliberais como “grande equalizador das relações entre os indivíduos” (HOFLING, 2001, p. 37). Para entendermos melhor esta afirmação, o Estado, em outras palavras, inibe a mola propulsora do Mercado ao criar instituições que “desmercadorizam” parte dos elementos necessários a sociedade, tais como a educação, saúde, moradia, transporte, previdência e outros serviços oferecidos a sociedade em geral (MORAES, 2002).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

II. NEOLIBERALISMO: COMPREENSÕES HISTÓRICAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

Ao iniciarmos nosso segundo tópico de discussões acerca da teoria neoliberal e suas implicações e relações com as políticas educacionais, tendo como título “Neoliberalismo: compreensões históricas a partir da década de 1960”, têm-se a preocupação em explicar o porquê de frisar e focar prioritariamente nossa discussão a partir da década de 1960, pois é nessa época em que ocorre a crise econômica do *Welfare State* (Estado do Bem Estar Social), iniciando assim a busca emergencial por um novo modelo econômico para assumir lugar no Mercado como novo padrão de acumulação de capital, é nesse período que surge o neoliberalismo, com aspectos estruturais e organizacionais capazes de superar a crise estrutural econômica devido suas características citadas acima.

A partir dos anos 60 do século XX, o *Welfare State* (Estado do Bem Estar Social), enquanto estratégia do capital para fazer frente à crise de 1929, começa a dar sinais de esgotamento, ou melhor, deixa de satisfazer os interesses da classe dominante, tornando-se, inclusive, um entrave para a nova etapa de acumulação capitalista. A ingerência do Estado na economia passa a ser vista como uma condição que engessa o circuito produtivo e emperra o desenvolvimento econômico, num momento em que a conjuntura internacional se configura num processo de globalização e mundialização da economia, a qual necessita da desregulamentação e flexibilização dos mercados. A crise de 1973, [...] marca a ruptura com a velha ordem assistencialista-keinesiana e a imperativa necessidade, para o capital, de instituir um novo modelo de acumulação que possibilite a ampliação da margem de lucro das empresas [...] Dessa forma, emergem as ideias do neoliberalismo econômico, as quais passam a se tornar hegemônicas a partir das últimas décadas do século XX (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015, p. 41).

Nesse mesmo período, o liberalismo econômico que até então estava inoperante, ganhou força devido a diversos fatores, tendo como principais a segunda Guerra Mundial, esgotamento dos recursos e modelos econômicos sendo resultado do período pós-guerra e a inviabilidade das políticas nacionais voltadas ao mercado, desencadeando assim na crise do *Welfare State* e sucessivamente dando início à fase hegemônica do neoliberalismo (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Ao longo da década de 1970, devido as influencias neoliberais, os países desenvolvidos assim como os países em desenvolvimento passaram pela transição de redefinição do papel do Estado, na qual esta profunda redefinição e reforma estatal atingiu os diversos campos sociais executados e mantidos pelo mesmo, ou seja, há nesse período a transição na gênese histórica



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

da sociedade, na qual o Estado deixa de ser um executor de políticas públicas e sociais e passa a se tornar apenas um regulador de políticas públicas e sociais.

É interessante ressaltar ainda que, a redefinição e reforma no papel do Estado ocorreu nos países que sujeitaram-se as instituições financeiras multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.), que devido a crise estrutural econômica, recorreram a empréstimos a essas instituições, e em contrapartida, tiveram de aderir as reformas neoliberais propostas, em síntese “...estes não ocorreram sem consequências políticas” (AKKARI, 2011, p. 29).

Toussaint (2002, p. 200) explica que:

[...] estes empréstimos de caráter político são concedidos pelas instituições com a condição de que o governo nacional adote um programa de estabilização econômica e de reformas de estruturas econômicas, de acordo com as exigências do emprestador.

No que foi mencionado acima, em decorrência a estes empréstimos os Estados-nações que recorrem aos mesmos por meio das instituições financeiras multilaterais como forma de superar a crise que se instalava em suas sociedades, tiveram de aceitar as exigências feitas pelas mesmas e reorganizar sua política e sua economia, isto é, ao aceitarem tais empréstimos, ocorre então o processo reforma e redefinição do Estado. Moraes (2002) aponta que o maior objetivo do neoliberalismo a partir da reforma estatal é a privatização dos setores tidos como saque à propriedade privada (educação, saúde, previdência, etc.) para a maior captação de recursos, além do livre andamento do comércio sem a intervenção limitada do Estado.

III. IMPLICAÇÕES NEOLIBERAIS NA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA

No que diz respeito ao processo de descentralização e reforma, este torna-se progressivo e contínuo, pois, já vimos que diante do ideário neoliberal o Estado torna-se apenas um mero regulador de políticas públicas e sociais e que o Mercado é quem passa a organizar e executar as ações dos setores públicos e sociais, no entanto precisamos entender no que isso implica nas políticas educacionais brasileira, em outras palavras, este processo de profunda reforma no aparelho do Estado sob influências neoliberais têm por consequência o que chamamos de precarização ou sucateamento da educação, ou aquilo que Mészáros (2005), Frigotto (1993) e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

outros autores que discutem a temática caracterizam por “crise real na educação”, entretanto trata-se na verdade das implicações do projeto neoliberal neste setor, para que ocorra a transição da educação pública para uma educação privada e, que acima de tudo atenda as demandas do mercado no sentido de formar grandes insumos de mão-de-obra (trabalhador) flexível que se adaptem rapidamente as novas tecnologias e mudanças sociais, políticas e econômicas.

Veremos que nos países da América Latina, a implantação das políticas neoliberais não ocorreu linearmente nem ao mesmo tempo, isto é, ela não seguiu um padrão ordenado e igualitário em todos na adesão, redefinição e reforma do Estado. No Brasil, a adesão e implantação das políticas neoliberais deram início a partir da década de 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, que tinha como objetivo reverter os efeitos da crise estrutural econômica que assolava os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além de fortalecer a economia nacional tornando o país capaz de competir no mercado internacional, dessa forma, recorreram aos empréstimos às instituições financeiras multilaterais e conseqüentemente tiveram de se sujeitar as políticas neoliberais que implicou no processo de redefinição do Estado brasileiro. É nesse período que ocorre a terceirização em massa e a venda de estatais nacionais para empresas internacionais (exemplo: Vale do Rio Doce).

Como forma de minimizar os efeitos da redefinição do papel do Estado e estabilizar as mudanças ocorridas pelas políticas neoliberais no Brasil, o Governo FHC criou o Ministério de Administração da Reforma do Estado – MARE, que em 1995 apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, com o objetivo de maximizar o poder do Estado diante das mudanças implantadas pelas políticas neoliberais.

Segundo o documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12).

Veremos que, “o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde” (BRASIL, 1995, p. 13). Tendo visivelmente a relação neoliberalismo e educação estabelecida, está por ser uma política pública e social com um enorme poder ideológico torna-se um dos alvos e uma das prioridades no processo de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

redefinição do papel do Estado, pois vê-se na mesma sua utilização na reprodução dos interesses das classes dominantes, na perpetuação das ideologias propostas pelo Mercado e implicação na individualização dos sujeitos sociais.

Barroso (2005, p. 726) destaca que:

É no sentido deste debate que, na educação, se promovem, de discutem e se aplicam medidas políticas e administrativas que vão, em geral, no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar (muitas vezes com recurso a dispositivo de mercado), ou de substituir esses poderes públicos por entidades privadas, em muitos dos domínios que constituíam, até aí, um campo privilegiado da intervenção do Estado. Estas medidas tanto podem obedecer (e serem justificadas), de um ponto de vista mais técnico em função de critérios de modernização, desburocratização e combate à “ineficiência” do Estado (*“new public management”*), como serem justificadas por imperativos de natureza política, de acordo com projectos neoliberais e neoconservadores, com o fim de “libertar a sociedade civil” do controlo do Estado (privatização), ou mesmo de natureza filosófica e cultural (promover a participação comunitária, adaptar ao local) e de natureza pedagógica (centrar o ensino nos alunos e suas características específicas).

Diante do projeto neoliberal, uma maior escolaridade contribui para a formação profissional do sujeito, este tornando-se apto a ocupar uma vaga no Mercado. Percebe-se que diante da reforma do Estado, o mesmo não se retira totalmente do papel de prover a educação, no entanto, ele adota um novo papel, além de regular o oferecimento e atendimento educacional a população, ele tem como novo papel o de avaliador, que irá supervisionar os resultados e índices estabelecidos pelo projeto neoliberal (Barroso, 2005). Partindo dessa concepção, ao ter apenas uma mínima parte no papel de provedor da educação, o Estado “abandona” papéis e funções de suma importância para com a educação, transferindo estas funções para instituições privadas, isto é, a educação aqui deixa de ser um direito universal e transforma-se em uma mercadoria com diferentes níveis de “qualidade” oferecida àquele que simplesmente ter mais poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É dentro do contexto apresentado da reforma e redefinição das políticas educacionais brasileiras sob as influências da Teoria Neoliberal que busca-se incansavelmente recuperar a hegemonia da escola pública, que esta não seja apenas um objeto de reprodução ideológica, mas uma meio de humanização e transformação de uma sociedade, em que a educação seja oferecida para todo público (independentemente de seu poder aquisitivo) com qualidade e dignidade. A crítica que se faz no presente trabalho é em relação ao fato de ser quase



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

inexistente meios disponíveis e reais para rompermos a lógica do mercado, o fato de pesquisadores e autores que discutem sobre a temática sejam mínimos, e principalmente a falta de investimentos em pesquisas de cunho científico para contribuir na luta pela hegemonia da educação.

No decorrer das discussões propostas no decorrer trabalho aqui defendido, foi apresentado o neoliberalismo e sua relação com as políticas educacionais, sendo subdividido em três momentos, sendo o seu contexto, sua gênese histórica e a reforma e redefinição das políticas educacionais. É importante ressaltar que as consequências da implantação das políticas neoliberais na sociedade brasileira são profundas e visíveis em todas as regiões do país, sendo nas tidas como menos desenvolvidas ou marginalizadas, este processo de precarização é mais degradante e humilhante, entretanto, busca-se ainda aprofundar-se sobre o movimento histórico-dialético desta política de reforma e redefinição política, social e econômica, pois através desta, é possível compreender seu contexto no atual cenário global e nacional, afim de buscar romper a lógica da Teoria do Capital Humano (Mészáros, 2005).

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima; DAMASCENO, Maria Francinete. **O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em educação**. Revista Educação. v. 10, n. 2. 2015. p. 40-46.

BARCELOS, Robson da Rosa; SILVA, Marciele Taschetto da; VARGAS, Sabrina Arruda de. **Neoliberalismo: Repercussões no contexto educacional brasileiro**. In: VI Fórum Internacional de Pedagogia. Santa Maria, RS, 2014.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n, 92, p. 725-751, Especial – Out, 2005).

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MEC, 1995.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n° 55, novembro, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas públicas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PERONI, V.; ADRIÃO, T. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional.** In: PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGARORO, L. (Orgs). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, V.; CAETANO, M. Redefinições no papel do estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na Educação. In: IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais.** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1015/972>> Acesso em 01 de Jul de 2016.

TOUSSAINT, Eric. **A Bolsa ou a Vida.** A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.